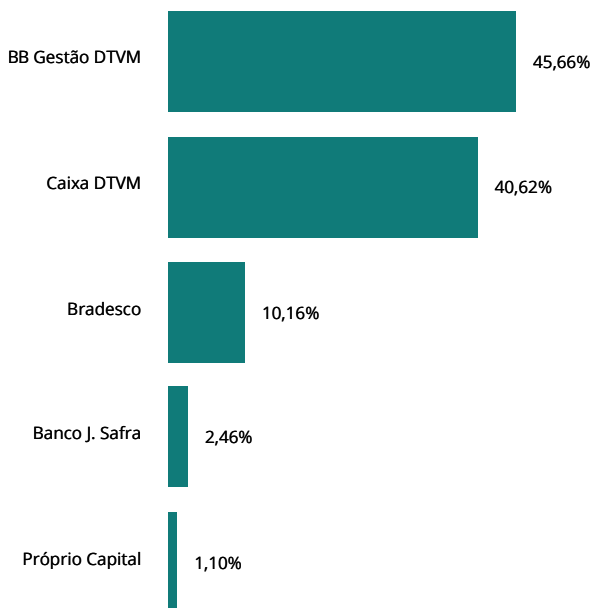


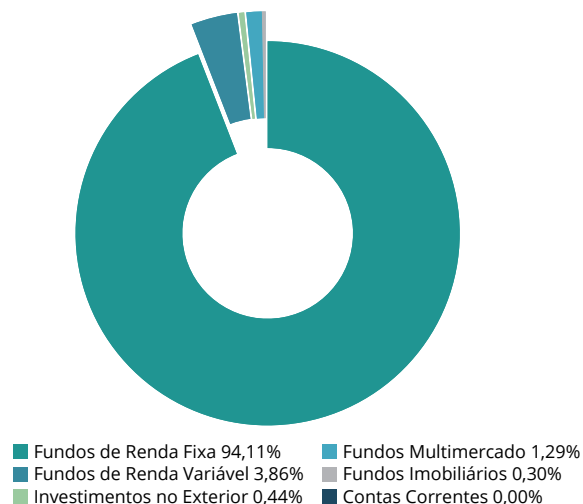
ANGEPREV

Os recursos do ANGEPREV são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



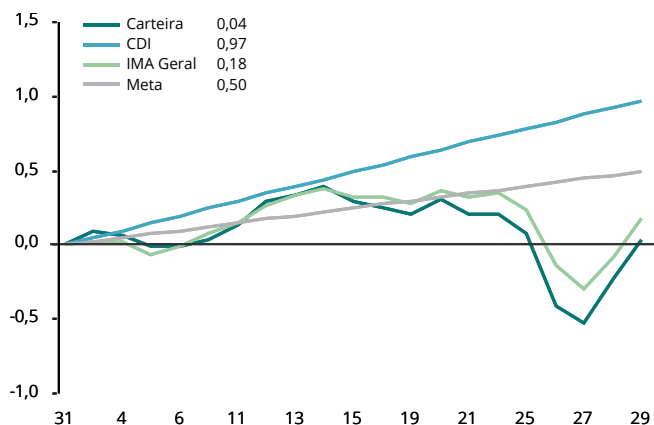
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



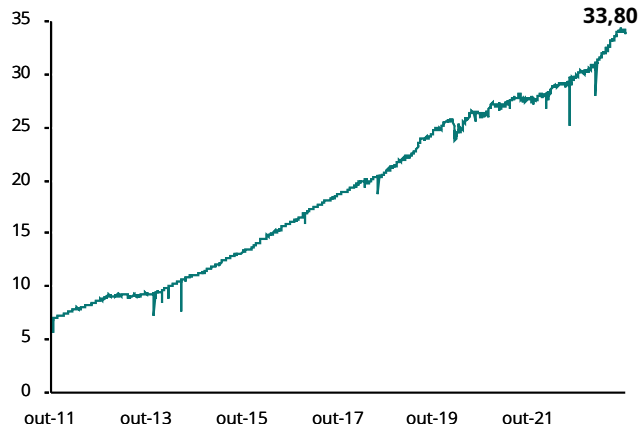
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
ANGEPREV	0,04%	9,70%	11,53%
META ATUARIAL - INPC + 4,72% A.A.	0,50%	6,54%	9,48%
CDI	0,97%	9,93%	13,44%
IMA GERAL	0,18%	10,59%	12,50%
IBOVESPA	0,71%	6,22%	5,93%

RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS (EM %)



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)



ANGEPREV

O mercado permaneceu cauteloso no mês de setembro, penalizando os ativos de riscos e bolsas mundiais. A renda fixa dos Estados Unidos continuou como uma relevante fonte de atração de capital com a elevação do prêmio de risco dos títulos do Tesouro americano. Ademais, o choque do petróleo trouxe mais um alerta sobre a persistência inflacionária e, por consequência, a necessidade de manter juros elevados por mais tempo.

Nos Estados Unidos, o foco do mercado ainda está sobre o mercado de trabalho e o índice de inflação. O Índice de Preços ao Consumidor (CPI) subiu para 3,7% nos últimos 12 meses, acima do esperado. No entanto, o núcleo da inflação ficou em 4,3%, ante 4,7% em julho. Os dados de inflação proporcionaram uma reação mista sobre as expectativas dos juros.

Por sua vez, o relatório Payroll mostrou que o mercado de trabalho continua apresentando um processo de resiliência, com uma taxa de desemprego em 3,8% e uma variação salarial de 4,3% em 12 meses. O ponto positivo apresentado foi a revisão de dados de junho e julho em que foram retiradas cerca de 110 mil novas vagas. Esse mercado de trabalho forte é reflexo de uma atividade econômica aquecida. A terceira estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre mostrou um crescimento de 2,1%, mesmo resultado da segunda preliminar. Nesse momento, a perspectiva de mercado reforça a necessidade de juros elevados por mais tempo.

Diante desses resultados, o Federal Reserve (Fed) preferiu manter os juros entre 5,25% e 5,50%, conforme esperado pelo mercado. Contudo, o destaque ficou para o comunicado mais duro sobre a condução futura da política monetária. As autoridades do Fed consideram a possibilidade de mais uma elevação de 0,25 p.p. antes do final do ano e firmar a taxa ideal para promover a ancoragem da inflação a sua meta. Há expectativa de que os resultados desinflacionários sejam mais claros para se iniciar a queda de juros, sugerindo que esse movimento possa ocorrer somente no segundo semestre de 2024.

Na questão fiscal, o mês foi marcado pelo risco de paralisação das agências governamentais, que implicaria em mais uma fragilidade institucional e de governança. Esse efeito corroborou para uma deterioração dos investimentos, mas, no final do mês, foi resolvido parcialmente com o acordo para prorrogar o financiamento até metade de novembro.

Na Zona do Euro, a economia permanece com tendência de enfraquecimento e possibilidade de recessão este ano. A preliminar do PIB do segundo trimestre apresentou um crescimento de 0,1%, ante preliminar de 0,3%. Os obstáculos persistem com a deterioração da indústria e o menor ritmo do setor de serviços.

A divulgação oficial do CPI subiu 0,5% em agosto e acumula em 12 meses um patamar de 4,3%. A maior contribuição para essa apuração foram os grupos de serviços e alimentação. Apesar da tendência de queda da inflação cheia, a trajetória de desinflação exigirá um maior prazo para atingir a meta. Com uma economia debilitada e um momento de pressão inflacionária, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu pela elevação dos juros em 0,25 ponto percentual, resultando em uma nova taxa de 4,50%. Apesar dos sinais evidentes de um enfraquecimento da economia, a postura do BCE continuou sendo a de trazer a inflação para a meta, sobretudo após a nova projeção de inflação acima de 3% no próximo ano, patamar demasiadamente elevado. Dado todo o contexto do cenário europeu, a perspectiva é uma avaliação isolada das próximas reuniões do BCE, a partir dos próximos resultados das variáveis econômicas.

Os destaques da China foram os diversos estímulos do governo anunciados a fim de fomentar a economia, além da continuidade da preocupação com o setor imobiliário. Os efeitos de sequentes estímulos estão mais presentes na economia e resultaram em melhores apurações nos indicadores da indústria e varejo. Esse breve cenário foi capaz de modificar as expectativas do mercado, de forma que foi concebido uma menor possibilidade da economia chinesa apontar para um movimento de desaceleração. Um dado positivo que trouxe alívio no mercado chinês foi a redução da pressão deflacionária. O CPI retornou ao território positivo com um avanço de 0,3% em agosto e acumula alta de 0,1% em 12 meses. O Banco Central da China não alterou as taxas básicas de juros, mas ampliou os empréstimos dos bancos regionais, reduziu a taxa de compulsório e forneceu suporte ao yuan.

No Brasil, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic em 0,50 ponto percentual e com isso a taxa básica de juros passou para 12,75% ao ano. O resultado ficou dentro do esperado, mas o comunicado trouxe importantes alertas. A primeira observação é a manutenção da estratégia de cortes de mesma magnitude nas próximas reuniões de acordo com o processo desinflacionário e dessa forma retira a expectativa de aceleração de ritmo. A segunda é a preocupação com uma economia aquecida que pode promover maior resiliência na inflação de serviços e interferir no processo desinflacionário. A terceira análise expressa a relevância da execução das metas fiscais para o processo de ancoragem de inflação, a qual ficou fragilizada com os ruídos e especulações sobre a incapacidade de o governo cumprir o déficit zero no próximo ano. Por fim, a incerteza do ambiente externo, principalmente China e Estados Unidos, que também pode dificultar o processo desinflacionário.

ANGEPREV

O mês ficou marcado pelos ruídos fiscais que colaboraram para a deterioração dos investimentos. O mercado se mantém receoso com a postura do governo frente a apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 associado às metas do arcabouço fiscal. O atual governo não prevê cortes nas despesas e não esconde a pressão por mais gastos. Ademais, a perspectiva do arcabouço fiscal também ficou fragilizada com a sanção da nova âncora fiscal com vetos pelo presidente Lula.

Sobre as contas públicas, o dado da arrecadação federal de agosto apresentou uma queda de 4,14% em termos reais sobre agosto de 2022 e 14,6% sobre julho. A apuração acentua as preocupações sobre a capacidade do governo atingir a meta fiscal de déficit zero, uma vez que persiste o viés de baixa de arrecadação. A redução de arrecadação é um obstáculo para o governo atingir a meta fiscal de déficit zero no próximo ano e, por isso, o Ministério da Fazenda solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a alteração das regras para pagamento dos precatórios. Nesse sentido, o mercado poderia entender essa proposta de alteração como uma manobra contábil, pois abriria espaço fiscal no orçamento para mais gastos nos próximos anos.

Sobre os dados econômicos, o IBC-Br de julho trouxe uma surpresa positiva que evidenciou uma economia aquecida e melhores revisões para o PIB deste ano. Em contrapartida, o Monitor do PIB-FGV apontou queda na atividade econômica, justificado pelo lado da demanda a retração de consumo das famílias.

Ao avaliar todo o contexto, apesar de melhores revisões para a economia, entende-se um processo de desaceleração com volatilidade. A produção industrial do país mostrou uma perda de ritmo, enquanto serviços e varejo avançaram no mês.

O mês foi marcado pela alta nas curvas de juros em razão da preocupação com a inflação pressionada e atividade econômica resiliente nos Estados Unidos e as incertezas sobre a dinâmica da economia chinesa. Em alguma magnitude os ruídos fiscais auxiliaram na degradação das expectativas. Apesar da maior volatilidade em setembro, o Ibovespa apresentou uma rentabilidade positiva, mas a renda fixa acompanhou o movimento do mercado externo e dessa forma teve rentabilidade negativa com exceção do CDI.